



Política de Privacidade e Proteção de Dados da ANEC



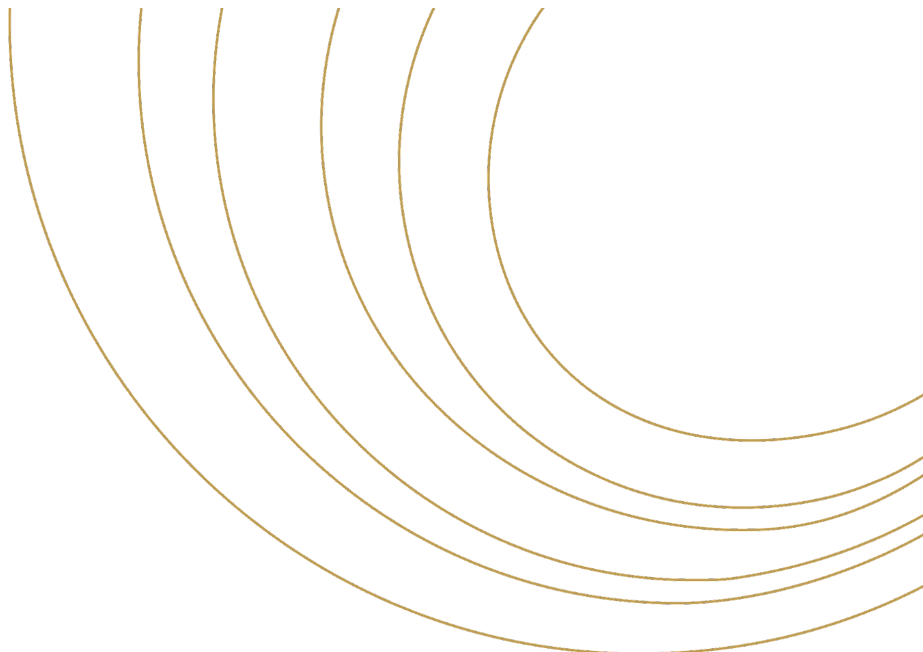
ANEC
Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil

2022

Versão: 1.0

Data: 17/11/2021

Política de Privacidade
e Proteção de Dados
da ANEC



APRESENTAÇÃO

SEPN Quadra 516, Conj D, Lote 09
Edifício Via Universitas – 4º Andar
CEP 70.770-524, Brasília-DF



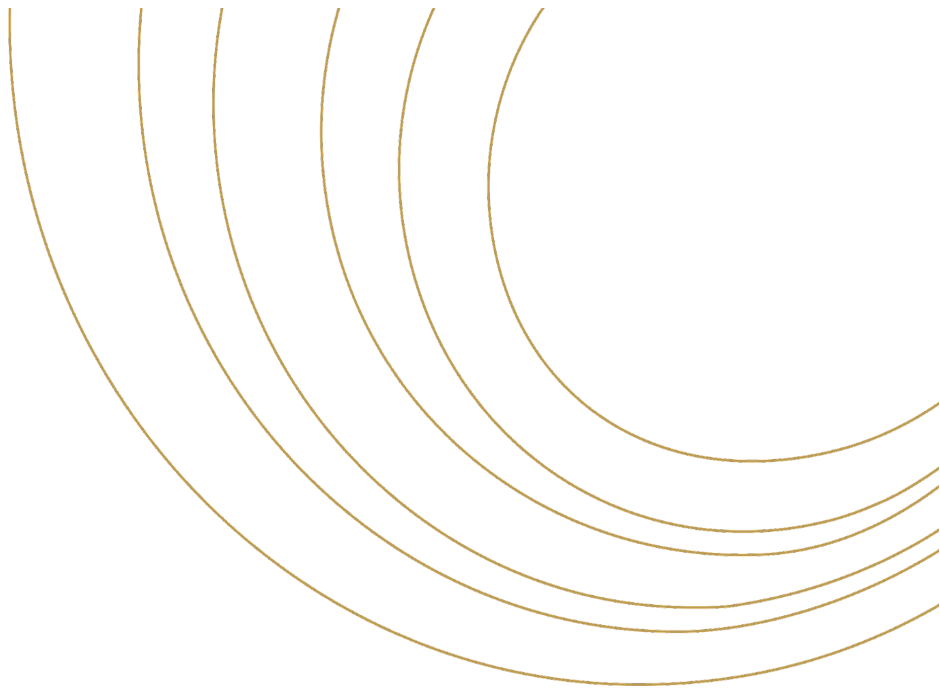
(61) 3533-5050
anec.org.br

1. Apresentação

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)** tem a finalidade atuar em favor de uma educação de excelência, assim como promover uma educação cristã evangélico-libertadora, entendida como aquela que visa à formação integral da pessoa humana, sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e pacífica, segundo o Evangelho e o ensinamento social da Igreja, conforme o estatuto da instituição. Além disso, proclamar a liberdade de ensino consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição da República Federativa do Brasil e nos ensinamentos do magistério eclesial. É uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e natureza religiosa, confessional Católica Romana, regida pela legislação vigente aplicável às associações, e que tem por missão articular, congregar e representar as Instituições Católicas de Educação do Brasil, em instâncias eclesiais e civis, e promover uma educação integral da pessoa, à luz dos princípios e valores cristãos.

Apresentamos, neste documento, a Política de Privacidade e Proteção de Dados da **ANEC**, que visa garantir a aderência de aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil – LGPD (Lei n.º 13.709/2018). A presente política faz parte da estrutura de documentos para a privacidade e proteção de dados pessoais e objetiva dar visibilidade ao tratamento de dados pessoais em serviços que tratam informações, atendendo aos princípios da citada lei. Constitui-se em documento destinado aos titulares de dados e usuários de serviços de tecnologia ou sistemas de informação. Portanto, a presente política demonstra e descreve o compromisso da instituição com a privacidade e a proteção de dados, estabelecendo o regramento para o tratamento de dados pessoais nos contextos, processos, sistemas e ambientes digitais em que são usados na instituição.





TERMOS E DEFINIÇÕES



2. Termos e Definições

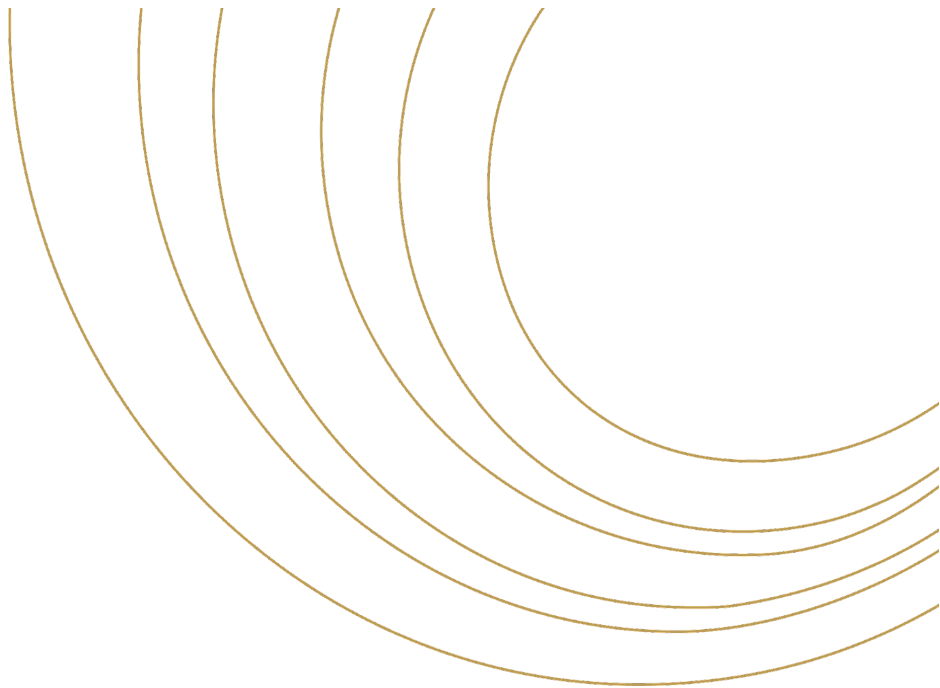
Para melhor compreender o teor de nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados, é fundamental entender os termos que utilizamos. Por isso, apresentamos abaixo uma descrição sumária dos mesmos.

LGPD: Lei Geral de Proteção de Proteção de Dados, Lei n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018, em vigor desde 15 de setembro de 2020. É a lei brasileira de proteção de dados.

Dado Pessoal: toda informação que permite identificar, direta ou indiretamente, uma pessoa natural é considerada um dado pessoal: nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, telefone, endereço residencial, localização via GPS, retrato em fotografia, prontuário de saúde, cartão bancário, renda, histórico de pagamentos, hábitos de consumo, preferências de lazer; endereço de IP (Protocolo da Internet) e *cookies*, entre outros.

Dado Pessoal Sensível: tipo de dado pessoal que indica a intimidade de alguém e pode tornar a pessoa vulnerável, revelando, por exemplo: a origem racial ou étnica, opiniões políticas e convicções religiosas ou filosóficas, dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa.

Tratamento de Dados: significa qualquer operação ou conjunto de operações envolvendo dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, realizada por meios automatizados ou não, tais como: coleta, registro, organização, estruturação, alteração, uso, acesso, divulgação, cópia, transferência, armazenamento, exclusão, alinhamento ou combinação, restrição, adaptação, recuperação, consulta, destruição, descarte ou outro uso de dados pessoais.



ATORES PERANTE A LGPD



3. Atores perante a LGPD

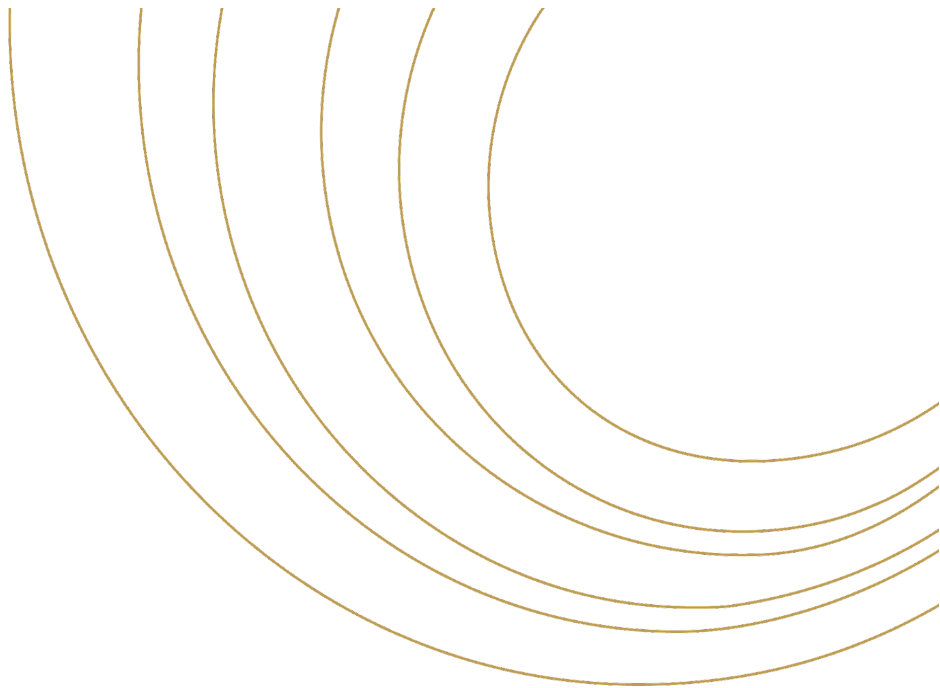
Titular de Dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. (Art. 5º item V da LGPD)

ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de Dados – órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento dessa lei em todo o território nacional. (Art. 5º item XIX da LGPD)

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. (Art. 5º item VI da LGPD)

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. (Art. 5º item VII da LGPD)

Encarregado (DPO): pessoa física ou jurídica indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. (Art. 5º item VIII da LGPD)



Dados Pessoais – Coleta e Tratamento



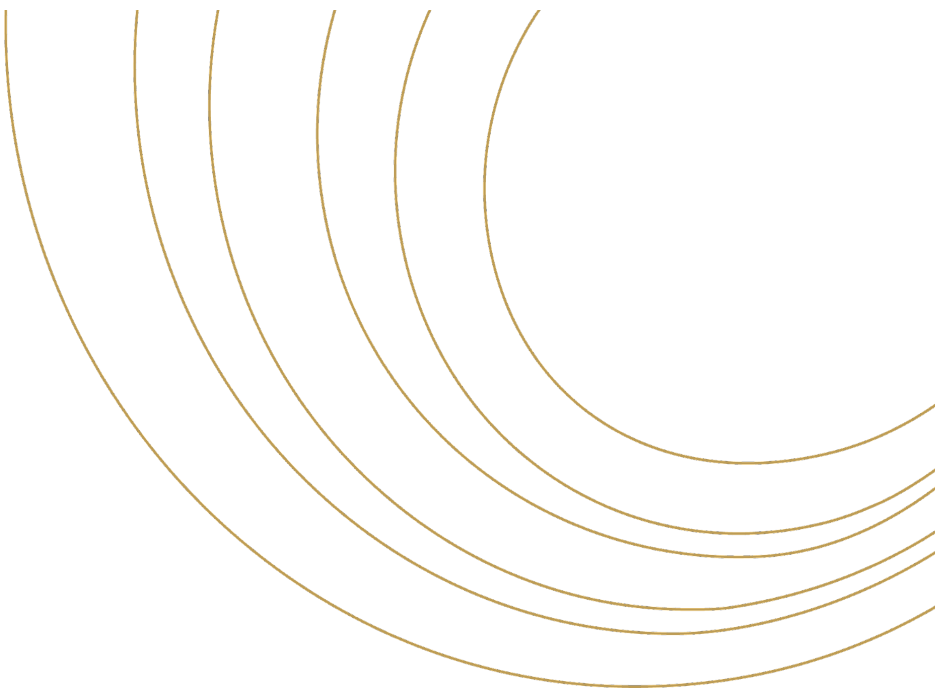
4. Dados Pessoais – Coleta e Tratamento

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil**, para exercer sua missão institucional, coleta informações pessoais dos representantes e colaboradores das instituições associadas, profissionais e usuários de serviços de informação, capazes de identificá-los, tais como: nome, dados dos documentos pessoais, telefone, *e-mail*, endereço residencial, data de nascimento, entre outros. Todas as informações pessoais coletadas por meio de formulários, fichas, sistemas, aplicativos e sítios na internet serão usadas para cumprir os objetivos vinculados à sua missão institucional.

São também coletadas, no ato de acesso de visitantes e usuários aos sítios eletrônicos na internet, informações sobre endereço de IP, localização geográfica, tipo de navegador, páginas acessadas, tempo de acesso e consulta a página de pesquisas, entre outras. Essa questão é tratada na nossa **Política de Cookies e Tecnologias de Rastreamento**, que se subordina a esta **Política de Privacidade**, e tratará de identificadores rastreadores e informações de terceiros.

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** irá tratar os dados pessoais a partir da manifestação e do registro do consentimento; da execução de contrato legalmente firmado; do legítimo interesse, nas situações em que este se aplicar; e do cumprimento de obrigação legal ou exercício regular de direito em processos. Desse modo, as informações pessoais dos usuários podem ser utilizadas, sem prévio consentimento, se decorrentes de obrigação legal, regulatória, processos judiciais e administrativos, além de outras previsões da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Política de Privacidade
e Proteção de Dados
da ANEC



Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes

SEPN Quadra 516, Conj D, Lote 09
Edifício Via Universitas – 4º Andar
CEP 70.770-524, Brasília-DF



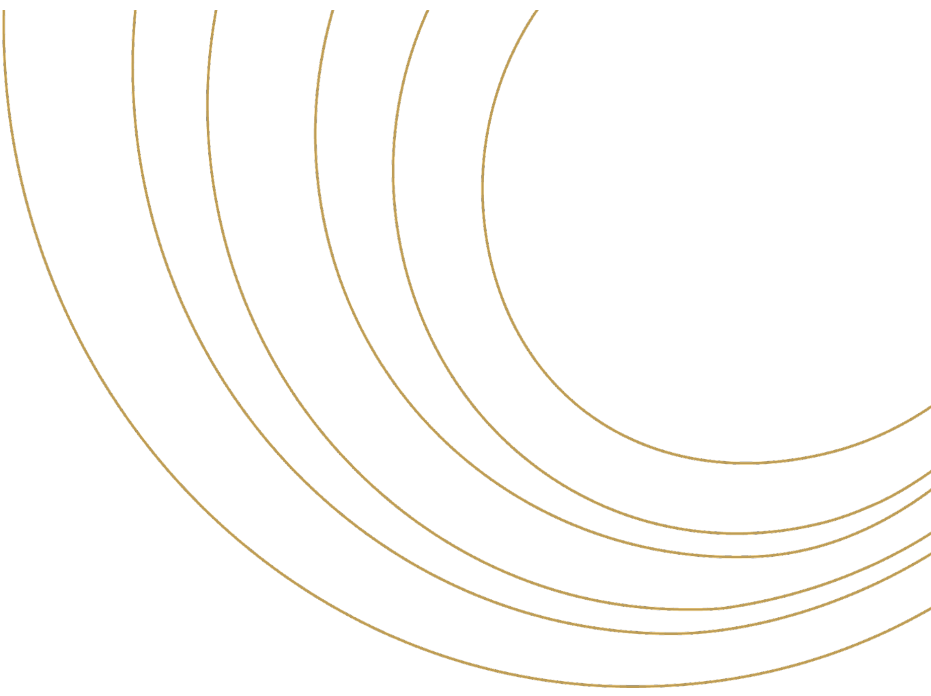
(61) 3533-5050
anec.org.br

5. Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes

Nos casos em que houver tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, a **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** observará expressamente o disposto no Art. 14 da LGPD, não o fazendo sem o consentimento e demais obrigações impostas nesse artigo. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes sempre se fará observando-se o seu melhor interesse, mediante consentimento de, pelo menos, um dos pais ou responsável legal.



Política de Privacidade
e Proteção de Dados
da ANEC



Compartilhamento de Dados

SEPN Quadra 516, Conj D, Lote 09
Edifício Via Universitas – 4º Andar
CEP 70.770-524, Brasília-DF



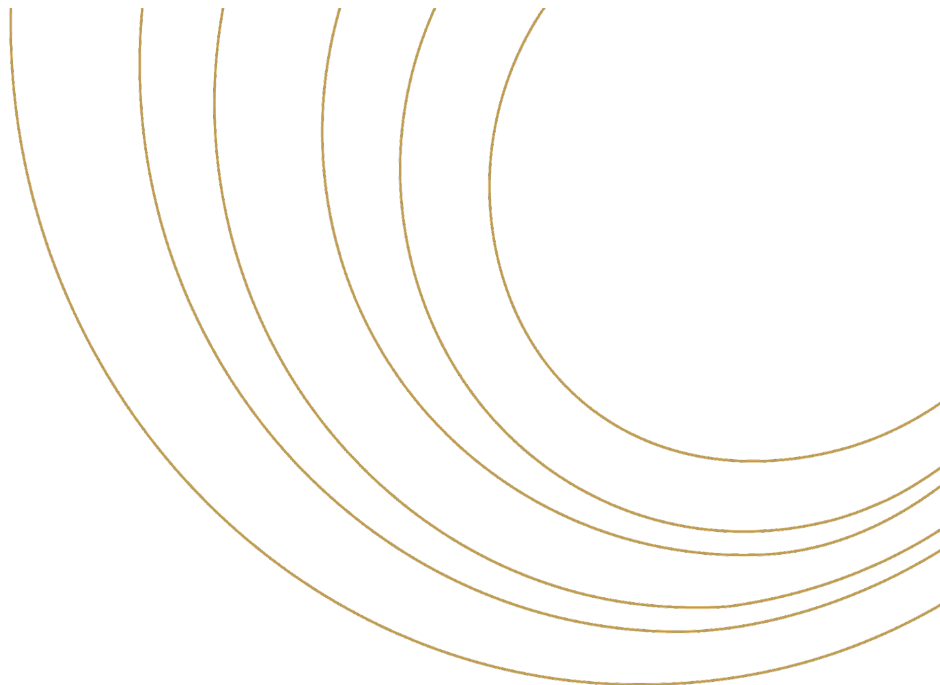
(61) 3533-5050
anec.org.br

6. Compartilhamento de Dados

Em nenhuma hipótese que não seja obrigação legal ou regulatória, bem como determinação judicial, a **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** compartilha dados sem o expresso consentimento do titular. Quando houver necessidade de qualquer compartilhamento de dados, o titular será sempre consultado e terá sua manifestação devidamente respeitada. Determinados compartilhamentos podem ser imprescindíveis à prestação de determinados serviços e serão devidamente informados ao titular de dados, o qual, negando-se a autorizar, ficará ciente quanto à dificuldade ou mesmo impossibilidade de entrega de determinado serviço requerido à instituição.



Política de Privacidade
e Proteção de Dados
da ANEC



Direitos do Titular

SEPN Quadra 516, Conj D, Lote 09
Edifício Via Universitas – 4º Andar
CEP 70.770-524, Brasília-DF



(61) 3533-5050
anec.org.br

7. Direitos do Titular

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** observará e cumprirá suas obrigações para atender aos direitos dos titulares de dados, conforme disposto nos Arts. 17 a 22 da LGPD.



Compromisso Institucional com a privacidade

8. Compromisso Institucional com a Privacidade

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil**, que é a controladora de dados pessoais, valoriza a importância da Governança dos Dados Pessoais, aplicando diretrizes e controles de segurança sobre eles. Assim sendo, todas as informações pessoais relativas a usuários, clientes ou visitantes em geral que se relacionem com a instituição serão tratadas em concordância com a Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018). Temos o compromisso de proteger a privacidade dos usuários de nossos serviços. Esta política se aplica quando atuamos como um controlador de dados em relação aos dados pessoais de usuários de nossos serviços.

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** declara possuir uma Política de Segurança da Informação e adota medidas necessárias para resguardar os direitos dos usuários, valorizando a segurança e confidencialidade na coleta e no tratamento dos dados pessoais.

O armazenamento dos dados pessoais na **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** é realizado em ambiente computacional seguro e com *data center* devidamente controlado, sem acesso público, sendo que há a adoção de política de segurança de dados. Os dados pessoais que tratamos para qualquer finalidade não serão mantidos por mais tempo do que o necessário. Observaremos o tempo necessário de armazenamento para entregar os serviços que nos são requeridos, bem como prazos estabelecidos por legislação regulatória, que estamos obrigados a cumprir.

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** adota políticas, metodologia e processos de Governança de Tecnologia da Informação e de Privacidade e Proteção de Dados, apoiada em normas técnicas internacionais aplicáveis da *International Organization for*

Standardization (ISO, na sigla em inglês, ou Organização Internacional para Padronização), estando atenta ao cumprimento de orientações e determinações emanadas da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** estabeleceu políticas específicas de confidencialidade para colaboradores, usuários, alunos, assistidos e terceiros em geral, além de adotar diretrizes e controles de segurança em seus sistemas de tecnologia da informação, bem como acervos físicos que contenham dados pessoais.

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** faz uso de sistemas e plataformas digitais de terceiros na execução de suas atividades estatutárias, competindo às empresas e instituições que os mantêm, as políticas e os procedimentos de privacidade e proteção de dados pertinentes aos serviços destas. Uma vez que o usuário passe a acessar serviços digitais de terceiros, deverá concordar, portanto, com as políticas e condições de serviços destes fornecedores.



Quanto aos seus direitos e entrar em contato conosco sobre dados pessoais

9. Quanto aos seus direitos e entrar em contato conosco sobre dados pessoais

Seus principais direitos sob a legislação de proteção de dados são:

- a) direito de acesso às suas informações pessoais;
- b) direito de retificação de suas informações pessoais;
- c) direito de oposição ao tratamento, desde que não inviabilize a prestação dos serviços requeridos;
- d) direito à portabilidade de dados;
- e) direito de solicitação perante as autoridades competentes; e
- f) direito de revogação do consentimento.

Você tem o direito de confirmar se tratamos ou não seus dados pessoais e como o fazemos, bem como tem direito a acessar tais dados pessoais, juntamente com certas informações adicionais. Essas informações adicionais incluem detalhes das finalidades de tratamento, das categorias de dados pessoais em questão e dos destinatários dos dados pessoais. Se os direitos e liberdades de terceiros não forem afetados, forneceremos a você uma cópia de seus dados pessoais.

Sempre que a base legal para o tratamento de seus dados pessoais for o consentimento, você tem o direito de revogá-lo a qualquer momento. A revogação do consentimento não afetará a legalidade do tratamento realizado antes dela.

Você deve estar ciente que, eventualmente, o exercício desses direitos pode inviabilizar a prestação do serviço a nós requerido, especialmente se a coleta de dados englobar obrigação legal, bem como depender de informações cujo tratamento depende de seu consentimento. Você será devidamente informado sobre isso e poderá sempre decidir com liberdade.

O titular dos dados pessoais (usuário) poderá exercer seus direitos, nos seguintes canais de comunicação:

Diretamente para o Encarregado de Dados Pessoais (DPO):

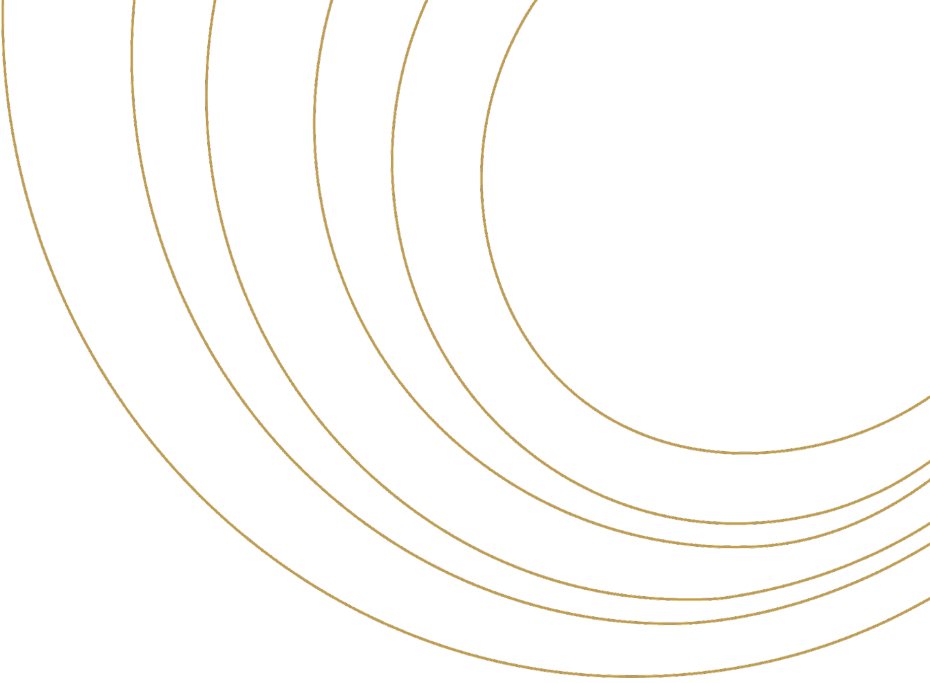
DIFERENCIAL CONSULTORIA DE *COMPLIANCE* E GOVERNANÇA

Por e-mail: privacidade@anec.org.br

Por correspondência física: SEPN Quadra 516, Conj D, Lote 9 – Edifício Via Universitas – 4º Andar CEP 70.770-524, Brasília/DF. A/C DPO/Encarregado de Dados.

O canal do encarregado de dados pessoais será o único que receberá requisições concernentes ao exercício de direitos do titular e aceitará reclamações sobre o descumprimento da LGPD.

Política de Privacidade
e Proteção de Dados
da ANEC



Atualizações e versões da nossa Política de Privacidade



10. Atualizações e versões da nossa Política de Privacidade

A **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil** pode alterar esta política a qualquer tempo, sendo que tais atualizações são publicadas em nossos serviços e podem ser verificadas a qualquer tempo. A presente política estará sempre atualizada e aperfeiçoada. Atualmente estamos na seguinte posição:

